



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **11/08/2018**

Aprovado em: **12/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.04.32>

ANÁLISES EM TEXTOS ORAIS E ESCRITOS DE ALUNOS COM CEGUEIRA E A EDUCAÇÃO NA ESCOLA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

MARLEIDE DOS SANTOS CUNHA

Resumo:**Resumo**

Este estudo tem como objetivo analisar textos orais e escritos de alunos com cegueira, buscando refletir sobre o ensino e a aprendizagem do aluno cego. Caracteriza-se como estudo bibliográfico, embora sejam analisados dois textos de alunos com cegueira: uma anedota e dois trechos de entrevista semiestruturada. Para suporte teórico contou-se com autores como Barros (2006); Brait (2005); Carvalho (2008); Marcuschi (2001); Saviani(2003); PCNs de Língua Portuguesa (2000), entre outros. Conclui-se que a análise dos textos reflete o ensino e a aprendizagem do aluno cego. Logo, detectamos a relevância do acompanhamento pedagógico na escola do ensino regular, para que o aluno com cegueira se desenvolva e receba as possibilidades da formação intelectual, considerando-se as limitações impostas pela cegueira.

Palavras-chave: Cegueira. Escola. Textos Orais e Escritos.

Abstract:

This study aims to analyze oral and written texts of students with blindness, seeking to reflect on the teaching and learning of the blind student. It is characterized as a bibliographic study, although two texts of students with blindness are analyzed: an anecdote and two excerpts from a semi-structured interview. For theoretical support we counted on authors as Barros (2006); Brait (2005); Carvalho (2008); Marcuschi (2001); Saviani (2003); PCNs of Portuguese Language (2000), among others. We conclude that the analysis of the texts reflects the teaching and learning of the blind student. Therefore, we detected the relevance of the pedagogical accompaniment in the regular school, so that the blind student develops and receives the possibilities of the intellectual formation, considering the limitations imposed by the blindness.

Key-words: Blindness. School. Oral Texts and Writings.

Resumen:

Este estudio tiene como objetivo analizar textos orales y escritos de alumnos con ceguera, buscando reflexionar sobre la enseñanza y el aprendizaje del alumno ciego. Se caracteriza como estudio bibliográfico, aunque se analizan dos textos de alumnos con ceguera: una anécdota y dos tramos de entrevista semiestructurada. Para soporte teórico se contó con autores como Barros (2006); Brait (2005); Carvalho (2008); Marcuschi (2001); Saviani (2003); Números de control de Lengua Portuguesa (2000), entre otros. Se concluye que el análisis de los textos refleja la enseñanza y el aprendizaje del alumno ciego. Luego, detectamos la relevancia del acompañamiento pedagógico en la escuela de la enseñanza regular, para que el alumno con ceguera se desarrolle y reciba las posibilidades de la formación intelectual, considerando las limitaciones impuestas por la ceguera.

Palabras clave: Ceguera. la escuela. Textos orales y escritos.

INTRODUÇÃO

Houve tempo em que as pessoas cegas não eram reconhecidas como capazes de conviver em sociedade. Aos poucos, esse contexto foi tomando novos rumos. Assim, apontamos como marco da investida de educar a pessoa com cegueira¹ Louis Braille, que, no século XIX, criou um sistema que

leva seu nome, e que proporciona até hoje não só o acesso à leitura e à escrita tátil, como também o avanço intelectual daqueles que perderam a visão total.

A análise dos textos de que trata este estudo muito engloba o sistema Braille², como também reflete um pouco sobre as tecnologias assistivas³ que podem favorecer bastante a pessoa com deficiência visual⁴, estando esses dois recursos como suporte na acessibilidade do conhecimento da pessoa com cegueira. Apontamos também as problemáticas vivenciadas pela escola, para se ter uma educação pautada no respeito e interação de todos.

Nesse contexto, o estudo aborda a temática da inclusão social, na perspectiva do avanço intelectual da pessoa com deficiência visual, focando apenas a cegueira.

Sabemos que inúmeras são as leis que protegem a pessoa com deficiência. Mas, será que o professor está preparado para enfrentar os desafios de uma sala de aula, na qual muitas vezes as várias vozes, os vários pensamentos e as singularidades estarão sendo o maior desafio que ele possa ter para conduzir o ensino-aprendizagem de modo satisfatório e qualitativo

Assim, o estudo tem por objetivo analisar textos orais e escritos de alunos com cegueira, buscando refletir sobre a educação na escola. Caracteriza-se como estudo bibliográfico, embora também se faça a análise de dois textos de alunos com cegueira, sendo uma anedota e dois trechos de entrevista semiestruturada com um aluno cego matriculado em uma escola pública do ensino fundamental de Aracaju-SE, Essa instituição disponibiliza a sala de recursos multifuncionais, que dá suporte pedagógico ao aluno com deficiência visual. .

Para suporte teórico, este artigo contou com autores que tratam da oralidade e escrita como Brait (2005), Barros (2006); Carvalho (2008), Marcuschi (2001). Quanto à problemática da educação na atualidade, apoiamos-nos em Mészáros (2003), Saviani(2003). No que concerne ao ensino do português, citamos os PCN's de Língua Portuguesa (2000), entre outros.

Para tratarmos do conteúdo aqui abordado, o artigo segue com um tópico intitulado Refletindo sobre o ensino para alunos com cegueira versus o papel atual da escola.

REFLETINDO SOBRE O ENSINO PARA ALUNOS COM CEGUEIRA VERSUS PAPEL ATUAL DA ESCOLA

O princípio defendido por linguistas e gramáticos é o de que a Língua Portuguesa deve ser ensinada nas escolas a partir dos textos. Isso valoriza a língua em condições de uso e prioriza a competência textual/discursiva do aluno, a partir das percepções dos diversos textos que circulam em nossa sociedade, por meio dos gêneros textuais, enriquecendo assim a formação do aluno na perspectiva da cidadania. Contudo, na discussão de que o professor não deve ser simplesmente um defensor da gramática, priorizando o ensino das regras que devem ser seguidas, sabemos que esse profissional deve ensinar a gramática, mesmo porque é sua função ensinar a norma padrão no contexto escolar, embora também deva preocupar-se com o ensino das práticas linguísticas, tanto orais quanto escritas.

Entretanto, quando se trata do aluno cego, quando são necessárias as correções gramaticais, há professores da educação básica que ficam temerosos de corrigi-los, porque têm sentimentos de piedade, e pensam que tudo deve ser considerado porque o aluno é cego e não tem a obrigação de saber escrever corretamente.

Contudo, um aluno cego tem as mesmas necessidades educacionais que os demais, devendo ele

também estar disposto a aprender a língua portuguesa na sua norma padrão, tanto quanto os outros alunos, pois há o sistema Braille que contempla em códigos numéricos, todas as letras do alfabeto, com e sem acentuação, além dos sinais de pontuação e os números. Enfim, com o sistema Braille, o aluno cego consegue escrever manualmente as palavras de forma correta, tendo de memorizar todos os símbolos e utilizá-los na escrita e também na leitura tátil. Outrossim, atualmente, o aluno cego também pode ter acesso à diversidade de textos por meios digitais.

Por conseguinte, ao transcrever o texto em Braille para a tinta, o professor especializado em deficiência visual, que normalmente fica lotado numa sala de recursos⁵ pedagógicos, não faz as correções imediatas, sendo fiel na transcrição do texto, conforme o aluno com cegueira escreveu, pois é necessário que, no momento de corrigir, percebam-se os progressos do aluno cego, para a partir dos erros ou acertos continuar instruindo-o no aprendizado da norma culta e com metodologias adequadas.

Questões como essa enfatizam a formação do professor da educação básica que, por não ter o conhecimento do sistema Braille necessita do auxílio do docente especializado em deficiência visual, que é também conhecedor do Braille, e está preparado para conduzir com mais segurança e experiência o ensino-aprendizagem do aluno cego, no que refere a corrigir seus textos quando necessário, assumindo, assim, o papel de educador e não de profissional que utiliza de caridade, vindo, desta forma, assim a minimizar as potencialidades e possibilidades educacionais do aluno com cegueira.

Há uma nova discussão na educação especial e inclusiva de que as novas tecnologias venham a substituir o sistema Braille. Contudo, segundo Belarmino(2001), o sistema Braille é uma conquista sócio-cultural e não deve ser descartado em hipótese alguma. As tecnologias digitais têm sua importante participação na formação da pessoa com cegueira, por facilitar o acesso às informações de maneira rápida e prática, embora se diga que o uso de gravadores popularizados contribuiu para o processo de uma possível “desbrailização”. Assim,

a partir dessa nova ferramenta, muitos livros deixaram de ser impressos em Braille, para serem registrados em fita cassete, retirando das pessoas cegas em todo o mundo, o direito à experiência direta com a leitura Braille e assim, com todas as informações que a mesma propicia ao leitor, do ponto de vista da gramática, da ortografia, entre tantas outras de ordem mais subjetiva (BELARMINO, 2001, p.2).

No processo de alfabetização da pessoa cega, a leitura e a escrita em Braille são importantes instrumentos, visto que, para quem enxerga, os textos em tinta, muitas vezes acompanhados de imagens, são os coadjuvantes no ensino-aprendizagem.

Conforme Vygotsky (2005, p. 182) “há muito se sabe que as palavras podem mudar de sentido. (...) Da mesma forma que o sentido de uma palavra está relacionado com toda a palavra, e não com sons isolados, o sentido de uma frase está relacionado com toda a frase, e não com palavras isoladas”. Desse modo, o aluno que aprende a ler, escrever e expressar suas ideias a partir da alfabetização passo a passo no sistema Braille tem maiores possibilidades de construir o conhecimento linguístico de forma segura e singular. Mas se o aluno já recebe os textos prontos para simples leitura, será que o processo de aprendizagem da língua portuguesa em sua norma padrão terá a mesma importância

No texto escrito no sistema Braille por um aluno cego, a professora, ao fazer a transcrição, é muito fiel à escrita do aluno o que a faz perceber o desenvolvimento e progresso desse estudante. Explorar a produção textual do aluno cego é fator muito importante, uma vez que estaria sendo dada a esse

discente a oportunidade de expressar seus pensamentos, sentimentos e percepções da vida, valorizando-se com isso a cultura e aprendizagem de cada um.

No que se refere ao uso correto da ortografia, por exemplo, citamos, abaixo, como exemplos para análise neste estudo, alguns fragmentos de texto que fora escrito em Braille por um aluno com cegueira, matriculado no 8º ano do ensino fundamental, no ano de 2006, numa escola pública de Aracaju-Sergipe. A atividade foi da disciplina de Português (Redação) com tema livre, e o texto fora cedido à autora deste artigo pela professora especializada em deficiência visual, como amostra de atividade desenvolvida pelos alunos com cegueira.

Nesse texto de anedota transcrito depois para o português pelo docente especializado em deficiência visual, o aluno escreve algumas anedotas, a partir do seu conhecimento popular. Logo, percebem-se algumas interferências da oralidade na escrita, a saber:

“Chegando **atrazada** na sala de aula um aluno. E a professora perguntou: está chegando, Marcos Ele imediatamente respondeu: não, estou voltando para onde estava” (J.W.S.).

“Um certo homem ia andando pela rua e **tropessou** chegando a cair. Passando **dos** rapazes foram ajudá-lo e perguntaram: você caiu Ele disse: não, **mim** joguei testando se o chão está **rezistente**” (J.W.S.)

“Um carro em alta velocidade avança um semáforo. Um guarda vendo a cena ordena para o condutor parar. E **a** (ao) se aproximar do condutor está multado. E o condutor fala: eu estou multado O guarda diz: não, eu estou **le** dando uma carta de recomendação para você trabalhar de piloto” (J.W.S.).

Fazendo a análise das palavras destacadas em negrito no texto escrito no sistema Braille pelo aluno cego e transcrito para o português pela professora especializada em deficiência visual, podemos destacar: a troca do **s** por **z** na palavra **atrasada**, possivelmente porque foi considerado pelo aluno cego o fonema e não a regra gramatical de que a letra “s” entre duas vogais tem som de z. Já na palavra **tropessou**, observa-se o uso do “ss” em lugar de “ç”; também o numeral cardinal **dois** escrito de forma incompleta **dos**, talvez por erro de digitação do Braille ou porque o aluno considerou que seria essa a escrita correta; por outro lado, percebe-se o uso inadequado dos pronomes oblíquos “mim” e “le”, além da grafia errada deste último pronome.

Nessas análises enfatizamos que “as aspas (tipo de heterogeneidade mostrada) são uma forma de se manter distância do que se diz, colocando a responsabilidade no Outro” (SILVA, 2005, Apud SANT’ANNA & DEUSDARÁ, 2007, p. 58). No nosso caso, as aspas servem também para dar autenticidade aos escritos e análises que o estudo se propôs a realizar, em textos de alunos com cegueira. Importa-nos o pensar do outro, o falar do outro e principalmente o registro das ideias do aluno cego, nesse século que abraça como proposta a inclusão social, escolar e, esperamos nós, atitudes positivas por parte da nossa sociedade. E, falando de emancipação do indivíduo com cegueira, citamos que o sistema Braille é composto de 63 símbolos em alto relevo. Esse sistema tem sua importância na escrita e leitura da pessoa cega. Por meio desse importante invento do século XIX, pelo jovem francês Louis Braille, que ficou cego na adolescência, podemos tranquilamente citar os pensamentos da professora Joana Belarmino, uma pessoa com perda total da visão. Essa brilhante pesquisadora conseguiu prosseguir em seus estudos e concluir o doutorado e assumir uma das cadeiras docentes do curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em sua fala, numa palestra sobre “Pontos significantes: o sistema Braille como gesto de amor”, ressalta:

Pensemos em quanto tempo a gente leva para perfurar esses seis pontos: Um segundo. Dois. Aludo a essa metáfora para pensar numa coisa fascinante. Em um, talvez dois segundos, nesse gesto de premir seis pontos em um papel em branco, Braille nos conectou com a nossa cultura escrita. Com um clique de nada, Braille criou as chaves para a nossa inclusão em vários outros mundos: os profissionais, os educacionais, os tecnológicos, outros mundos estéticos, afetivos e prazerosos até então desconhecidos de nós (BELARMINO, 2000, p. 2).

Nesse contexto de olhar o sistema Braille como sinal de um novo horizonte que foi proporcionado à pessoa com cegueira, consideramos mister enfatizar que seria interessante que todos nós soubéssemos um pouco do alfabeto Braille para poder ajudar a corrigir erros em placas, avisos ou indicações em lugares públicos, por exemplo. Tão importante quanto isso, seria para as pessoas surdas que a comunidade em geral também soubesse, no mínimo, noções de Libras. Pelo menos na formação dos profissionais das licenciaturas, a Língua Brasileira de Sinais já está entrando como uma disciplina obrigatória, o que já é um passo na perspectiva da formação docente visando à inclusão das pessoas com deficiência.

Mas, voltando a falar da escrita e leitura em Braille, enfatizamos que, a pessoa com cegueira passa pelo processo de alfabetização do Braille. Nisso, todos os “erros e acertos” quanto a questões ortográficas, de pronúncia das palavras, da escrita destas, da entonação quanto ao uso correto da pontuação, do som dos morfemas e das palavras; enfim, todo esse contexto de fala e escrita também está presente na contextualização do uso do Sistema Braille como importante ferramenta na educação e socialização da pessoa com cegueira.

Analisando o texto oral de uma aluna cega que cursou o 4º ano do ensino fundamental no ano de 2007, numa escola pública de Aracaju, poderemos entender melhor essa comparação entre oralidade e escrita da pessoa cega. Ao ser entrevistada, foi pedido a ela, em uma das perguntas, que descrevesse o seu dia a dia na escola, ocasião em que essa aluna respondeu:

Tenho um pouquinho de dificuldade, já que moro num bairro com piçarra; os ônibus demoram, tem animal e carros no meio da rua. Quando chego, vou para a sala normal, pego as atividades, vou para a sala de recursos aí respondo exercícios e alguns deixo para casa. Fico mais tempo na sala normal. O lanche é bom, mas às vezes é ruim. O lanche hoje é na sala de recursos, eu prefiro porque os menino normal ficam com piada, ficam dizendo piada, com palavrões, a maneira deles falar com os outro dizendo coisa feia e eu não gosto, prefiro o lanche só com a gente, só com os deficiente”. (R.A.S., entrevista em 04 fev. 2008)

Numa outra pergunta, quando lhe foi solicitado que apontasse as principais dificuldades na execução das tarefas escolares, a estudante respondeu:

Preciso praticar mais o Braille, o Braille é assim, se a pessoa deixa de mão esquece. Com o Braille não tem dificuldade nenhuma de fazer as atividades. Com duas professoras agora na sala de recurso tá melhor. Uma das professoras dava mais atenção a minha irmã porque ela ficava mais tempo na sala de recurso. Minha irmã não ia na sala de aula normal, eu também não gosto não da sala de aula normal, mas eu ia e ela não (R.A.S., entrevista em 04 fev. 2008).

Fazendo uma análise dessas falas, equiparadas a fundamentos teóricos, podemos citar:

o envolvimento direto e compulsório, caracterizado pela partilha de ideias ou reações aos interlocutores, é próprio do discurso oral. O falante experimenta um contato direto com seu ouvinte, face a face, que o obriga a situar-se em um determinado contexto, a submeter-se a suas condições e possibilidades, para que o diálogo se realize a contento e chegue a um termo (CARVALHO, 2008, p. 67).

Na fala da aluna com cegueira, destacamos, por exemplo, a despreocupação em manter o plural das palavras, o que daria melhor sentido à pronúncia correta desses vocábulos, mantendo a coerência com a sintaxe na oração dita. Ressaltamos também a repetição de palavras e a informalidade na fala sem grandes preocupações com uma organização mais requintada da frase expressa. Outro aspecto importante é o uso de expressões como “deixa de mão”, que geralmente é usada pelos mais velhos ou quando se quer concretizar pensamentos como: não dar importância, não ter preocupações, etc. Outro termo usado pela aluna cega é “a gente”, a respeito do qual Barros (2006, p.72) diz: “A gente traz para o discurso, porém, o efeito de informalidade dos usos mais populares e coloquiais, característicos da língua falada”.

Contudo, “não se pode afirmar que a fala é superior à escrita ou vice-versa. Em primeiro lugar, deve-se considerar o aspecto que se está comparando e, em segundo, deve-se levar em conta que esta relação não é homogênea nem constante” (MARCUSCHI, 2001, p. 35). Assim, podemos reinventar a fala da aluna com cegueira imaginando como seria esse mesmo pronunciamento, feito de maneira escrita, no sistema Braille, por exemplo. Dentro dessas condições de produção e considerando o nível de escolarização, contexto sócio-econômico, cultural e situacional, talvez a escrita dessa aluna não tivesse tantas alterações em relação à fala na entrevista que foi transcrita pela entrevistadora e autora desse texto.

Contudo, partindo para o ensino de língua portuguesa em sala de aula, os PCNs de Língua Portuguesa sugerem que seja desenvolvida a percepção de níveis morfológico, lexical e sintático da língua. Desse modo, é dever do professor de língua portuguesa trabalhar textos que estejam o mais próximo possível da realidade dos alunos a fim de para que a percepção de possíveis vícios na produção textual sejam apontados e que os alunos se identifiquem com aquela situação, tornando o ensino do português mais harmônico e menos voltado para regras a serem seguidas.

No caso de aluno com cegueira, o fato de ter o contato direto com a leitura tátil no sistema Braille aponta para a possibilidade da aproximação aos textos, desde que se tenha uma impressora Braille, também chamada Juliete, e que pode disponibilizar o texto escrito e a oportunidade da leitura e aprendizagem da língua padrão. Outrossim, o acesso à leitura pode ser proporcionado pelos textos digitais, mas é necessário a pessoa com deficiência ter aproximação aos programas específicos que facilitam o acesso ao mundo das tecnologias assistivas digitais.

Essa discussão sobre o texto digital e o texto em Braille proporciona uma continuidade na proposta educacional de que o mundo digital adentra a escola de forma espetacular, facilitando o acesso rápido e prático às informações, contudo, inúmeros são os sites que ainda não estão acessíveis a pessoa com cegueira, como também os programas com sintetizadores de voz nem sempre estão disponíveis a todos os deficientes visuais, por requererem um custo benefício que nem todas essas pessoas podem adquirir.

Ademais, o contato direto com a leitura e escrita em Braille pode proporcionar inúmeros benefícios, como: ter melhores estratégias na produção textual, e utilizar os sinais gráficos de forma pensante. Desta forma, as pessoas cegas teriam todos os desafios propostos pelo ensino da língua portuguesa de forma a ter o professor e o aluno para construírem juntos o ensino-aprendizagem no passo a passo de toda e qualquer alfabetização e também no prosseguimento dos estudos. Assim,

o advento das tecnologias de informática e dos softs de voz fizeram com que recrudescesse o discurso dos antagonistas do Braille. De novo se festejou uma ideia de que a informática poderia ser um poderoso substituto do Braille, mesmo a partir da etapa de alfabetização das crianças cegas. Se fizermos um levantamento da produção do Braille na última década, veremos que apesar das potencialidades associadas às novas tecnologias de informática e ao Braille, decresceu muito o número de publicações em Braille, ao mesmo tempo em que aumentou o potencial de livros armazenados em computadores pessoais ou nos serviços de bibliotecas especializadas (BELARMINO, 2000, p.3).

Nesse contexto ao falar do sistema Braille e das novas tecnologias estamos tranquilamente adentrando em um assunto que seria o discurso da escola, que tende a querer uniformizar os alunos, pois a maioria dos professores não querem assumir salas de aula que tenham alunos com deficiência. “A escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular”(SAVIANI, 2003, p.14). Assim, a inclusão de pessoas em situação de deficiência se torna uma questão de sobrevivência, visto que “a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos”(SAVIANI, 2003, p.11). Logo, deve-se pensar em dar oportunidades de crescimento intelectual a todos, sem desmerecer o saber popular, que dentro das suas instâncias tem seu grau de importância para o bom andamento da sociedade.

Sendo a escola a instituição responsável pela transmissão e construção do conhecimento sistematizado, cabe ao professor encontrar caminhos que proporcionem oportunidades a todos os alunos, mesmo que o sistema público burocratize os percursos do ensinar e do aprender. “Não se trata, pois, de deslocar a responsabilidade pelo fracasso escolar, que atinge as crianças das camadas trabalhadoras, para os professores, escamoteando o fato de que eles também são vítimas de uma situação social injusta e opressora” (SAVIANI, 2003, p.31).

Todavia, sendo o homem um objeto ideológico e histórico, ele tem uma história e vive sob ideologias. E uma das ideologias mais fortes é a realidade que o indivíduo enfrenta na luta de classes, subserviente a poderes a que, no entanto, às vezes ele reage. Com isso, vivemos numa sociedade que muitas vezes nos escraviza, e por essa razão há muitos que vivem “cegos”. Na época da Ditadura Militar, por exemplo, muitos morriam porque reagiam. As pessoas não aceitando o regime, tendem a reagir; e ao reagirem, tentam provocar mudanças na sociedade.

Vivemos sob “hierarquias estruturais e relações de forças correspondentes, que sempre favorecem o mais forte no seu impulso para engolir o mais fraco” (MÉSZÁROS, 2003, p.46). Como consequência disso, a mulher, o negro, o índio, o pobre, a pessoa com deficiência, etc., todos começam a querer ter voz na sociedade do século XXI, que se diz democrática. Mas os indivíduos querem se pronunciar numa atitude de reagir às ideologias impostas pelos que detêm o poder. Essa consciência de buscar seus direitos tem muito a ver com a educação. Nesse contexto, Lombardi e Saviani afirmam que

não conseguimos ainda implantar um sistema de ensino em nível nacional. Costumo dizer

que a educação brasileira acumula um enorme déficit histórico. Assim, enquanto os principais países não apenas da Europa, mas também da América Latina, se dedicaram à tarefa de organizar os respectivos sistemas nacionais de ensino entre o final do século XIX e início do XX, universalizando, por essa via, o ensino fundamental e erradicando, em consequência, o analfabetismo, o Brasil foi postergando essa questão e até hoje não consta com um sistema de ensino organizado em âmbito nacional. Em decorrência, o déficit foi se acumulando e neutralizando os esforços parciais que se fizeram ao longo dos últimos cem anos (LOMBARDI & SAVIANI, 2005, p.267).

Com esse pensamento, ressaltamos que há um problema de base na educação do Brasil. Não iremos conseguir resolver todos os entraves que estão postos pela própria história da educação neste país. E, nesse contexto, a educação das pessoas com deficiência também sofre suas implicações e problematizações.

Falamos então, a partir de agora, da questão das diferentes vozes em sala de aula, vozes heterogêneas, ou seja, não são homogêneas como muitas vezes sugere o sistema tradicional de ensino. Um dos maiores erros que as escolas, principalmente as particulares, praticam em época de vestibular e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por exemplo, é a seleção dos “melhores alunos”, aqueles que possivelmente prestarão prova para os cursos mais concorridos e, por conveniência, selecionam esses alunos e dão a eles tratamentos diferenciados e privilegiados. Essa é a maior prova de que o discurso da escola é excludente e seletivo.

Quando falamos de alunos com cegueira, o assunto se agrava ainda mais, pois o professor precisa utilizar em sua aula um discurso acessível a todos os alunos, uma vez que os conteúdos precisam ser trabalhados de forma que todos consigam compreender, estando, muitas vezes, uns em níveis diferenciados de aprendizagem. No caso dos alunos com cegueira, os textos escritos e os discursos da oralidade são ferramentas fundamentais, visto que há visivelmente uma limitação da perda visual que exige um acompanhamento e atenção sem por isso, excluir os demais.

Em sala de aula, há inúmeras vozes que se cruzam, quando todos os alunos contribuem com seus pensamentos de forma a construir um diálogo através do qual se pode colher assim os frutos do conteúdo abordado. Entretanto, a multiplicidade de vozes que se fazem presentes em sua sala de aula, por incrível que pareça, torna-se um desafio para o aluno com cegueira. Muitos chegam a reclamar do barulho e do vozerio presentes naquele contexto, mas é dessa heterogeneidade que os alunos cegos precisam para se incluir nesta sociedade que, muitas vezes, quis ocultar a voz da pessoa em situação de deficiência.

Assim, quando percebemos a voz do outro e ouvimos o pensar do outro, geralmente nos identificamos e percebemos que aquela voz tem muito a ver com outros discursos já ditos por alguém anteriormente. Logo: “Eu me projeto no outro que também se projeta em mim, que afirmemos um para o outro a existência de duas multiplicidades de “eu”, de duas multiplicidades de infinitos que convivem e dialogam em pé de igualdade” (BRAIT, 2005, p.194)

Esse contexto das vozes que interagem também pode ser muito bem trabalhado na diversidade de textos orais ou escritos em sala de aula. É desse aprendizado sistematizado que o aluno com cegueira não pode ficar sem participar, crescendo em conhecimento e ampliando suas percepções de vida e de experiência com o mundo do saber.

Por isso o princípio da educação inclusiva quando posto em prática contribui para novas experiências na escola, e tanto os alunos com deficiência quanto os ditos normais crescem por meio do aprendizado mútuo. E nesse contexto o professor quando participa de formações contínuas fortalece ainda mais os seus conhecimentos e pode colaborar de modo muito significativo para a formação

intelectual de todos os alunos.

O uso dos textos é uma das estratégias de ensino e aprendizagem que muito contribui para o desenvolvimento do aluno, posto que são várias as possibilidades de discussões e análises que podem ser geradas a partir do uso de textos em sala de aula. Logo, a escola continua e sempre continuará tendo importante papel na vida do aluno com deficiência, por ser um ambiente de formação e convivências, oportunizando a sociabilidade de todos os alunos em um contexto de crescimento humano e social.

Considerações finais

É possível imaginar uma escola capaz de atender às necessidades de todos os alunos, oportunizando um ensino de qualidade e que proporcione possibilidades de uma aprendizagem a partir das reais necessidades de cada um.

As pessoas com cegueira têm condições de frequentar uma instituição do ensino básico conforme defendem as leis; contudo, é necessário dar possibilidades de permanência na escola, disponibilizando, por exemplo, um professor especializado em deficiência visual, que tem, portanto, aparatos teóricos para conduzir o ensino e aprendizagem de forma a dispor tanto da oferta do material específico no Sistema Braille, como do suporte das tecnologias digitais, quando disponibilizadas na escola, e também do apoio necessário nas horas de realização das tarefas de sala de aula.

Quando se fala em produção de textos de alunos cegos, esses sejam orais ou escritos, é importante enfatizar que não se deve minimizar as potencialidades desse aluno, por despreparo do professor do ensino básico.

Os órgãos públicos, principalmente, precisam preocupar-se em atender às exigências da escola do século XXI, e um desses requisitos é o atendimento à pessoa com deficiência, seja visual, auditiva, física, psíquica, etc. É direito de todos os cidadãos frequentarem uma escola e assim terem acesso ao conhecimento sistematizado e formação para a vida. Com as pessoas com deficiência esse direito também é garantido. Para tanto, faz-se necessário preparar a escola para receber esse aluno. É importante se pensar na formação docente na perspectiva da inclusão. Também, no caso do aluno com cegueira, é fundamental que este tenha livros em Braille iguais aos adotados pela escola para os alunos videntes; ou ainda recursos técnicos digitais, a exemplo dos softwares e hardwares adaptados, tudo isso se pensando na qualidade do ensino e aprendizagem que esse aluno vivenciará no ambiente escolar.

Este estudo procurou analisar textos de alunos cegos, fazendo a contrapartida com as reais condições da escola na atualidade. Deixamos como reflexão a certeza de que muito ainda há a ser feito pelo ensino e aprendizagem da pessoa com cegueira, proporcionados pela escola atual, tentando-se vislumbrar um futuro diferente para todos aqueles que ainda estão fora da escola por não conseguirem concluir seus estudos, e por todos que já frequentam a escola, mas ainda não têm o suporte pedagógico adequado, conforme os possíveis avanços nessa área educacional. Logo, não basta disponibilizar a matrícula; é necessário oportunizar possibilidades de permanência na escola, e assim termos indivíduos mais bem preparados para conviver nesta sociedade seleta e competitiva, pautada por um capitalismo exacerbado.

Nesse contexto, ressaltamos a importância da formação continuada do professor, tanto do ensino regular, quanto da sala de recursos, considerando a necessidade dos professores se atualizarem e assim continuarem acompanhando os avanços na área da educação. Essas formações podem se dar

por meio de cursos de atualizações, congressos, pesquisas participativas na escola, enfim, que sejam proporcionados momentos de diálogos entre os professores para trocarem experiências e juntos compartilharem leituras que fortaleçam a formação continuada dos docentes.

A escola é um ambiente de formação para o aluno e estando inserindo no mundo do conhecimento por meio do processo de ensino e aprendizagem proporcionado pela escola, o aluno com deficiência terá muitas possibilidades de desenvolvimento, contanto que seja disponibilizado o atendimento educacional compatível com suas necessidades educacionais. Por isso a educação inclusiva torna-se fundamental, pois não só incluirá o aluno no ambiente escolar, mas lhe dará condições de permanência e acompanhamento conforme sua realidade e nível de aprendizagem.

Portanto, a educação pode proporcionar inúmeras possibilidades à pessoa com deficiência visual e principalmente fazê-la perceber que a ausência de visão não é motivo para não prosseguir estudando e assim seguir a vida construindo sonhos e realizando objetivos que favoreçam novos horizontes e novas oportunidades por meio do desenvolvimento intelectual e concretização da formação possibilitada pelo ambiente escolar. Com isso, pais e professores podem se unir e fazer acontecer o crescimento escolar do aluno cego, juntamente com os demais alunos da escola do ensino regular. A educação quando ofertada de maneira qualitativa, faz o outro se reconhecer capaz de avançar e alcançar metas na vida, independente de ter ou não a presença da deficiência.

No caso da pessoa com cegueira o uso do sistema Braille pode proporcionar o acesso a leitura e a escrita, tanto quanto também é possível utilizar as tecnologias digitais por meio de softwares e hardwares desenvolvidos para a pessoa cega, oportunizando assim a acessibilidade ao mundo do conhecimento de forma autônoma. Quanto ao professor, se ele tiver a formação e os conhecimentos específicos no uso desses recursos que auxiliam a formação intelectual da pessoa cega, com certeza o desenvolvimento desse aluno será muito mais qualitativo e compatível com a realidade cognitiva do aluno que poderá avançar a partir do acompanhamento pedagógico na escola.

Diante disso, fica clara a necessidade de preparar o professor, principalmente possibilitando, a esse profissional, a formação inicial e continuada compatíveis com as exigências das leis vigentes no país, que determinam incluir as pessoas com deficiência no ensino regular. No caso do ensino de Língua Portuguesa, também é necessário proporcionar formação continuada ao professor para que acompanhem as novas estratégias de ensino da Língua Portuguesa, baseadas na contextualização. Para tanto, ressaltamos principalmente a questão do uso das tecnologias digitais, recursos que podem proporcionar ao aluno benefícios em seu crescimento intelectual na escola. No caso do aluno cego, conforme citamos, é necessário que a escola conte com o apoio do profissional do Atendimento Educacional Especializado, para que se tenha o suporte profissional que a pessoa com cegueira necessita e assim continuarem o trabalho de estimulação do uso dos recursos digitais em sala de aula.

Nesse contexto, na formação do professor é muito importante que esse profissional participe de cursos de atualização na perspectiva da educação inclusiva, pois fica clara a necessidade de aperfeiçoar suas práticas pedagógicas, de modo que haja uma sintonia entre teoria e prática, considerando que as leis vigentes resguardam a matrícula desse aluno em todos os níveis de ensino, e a escola é responsável por atender de forma direta as necessidades educacionais de todos os alunos. Por tudo isso, cabe aos órgãos responsáveis não só criar as leis, mas promover condições de acesso e suporte de aprendizagem, e que se tenha, também na escola pública, e para todos os alunos, a educação compatível com os níveis de exigência do mundo atual.

Referências:

BARROS, D. L. P. de. **Efeitos da oralidade no texto escrito**. In: Dino Preti. (Org.). Oralidade em diferentes discursos. 1 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, v. 8, p. 57-84.

BERLAMINO, J. **As novas tecnologias e a “Desbraillização”**: mito ou realidade 2001. Disponível em: <http://intervox.ufrj.br/~joana/textos/tecni08.html>. Acesso em 08/08/2018.

BERLAMINO. **Pontos significantes**: o sistema Braille como um gesto de amor. 2000. Disponível em: <http://intervox.ufrj.br/~joana/textos/tecni07.html>. Acesso em 08/08/2018..

BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. **Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos cegos e alunos com baixa visão** / coordenação geral: SEESP / MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. _ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial**: área de deficiência visual / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SEESP, 1995. p. 58 (Série Diretrizes; 8).

CARVALHO, M. L. G. C. **Relações entre língua falada, língua escrita e ensino**. In: BEZERRA, A. P.; PEDROSA, C. E. F.. (Org.). Língua, cultura e ensino. São Cristóvão/Aracaju: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2008, v. Único, p. 61-82.

GALVÃO FILHO, T. A.; DAMASCENO, L. L. **Tecnologias assistivas para autonomia do aluno com necessidades educacionais especiais**. In: Inclusão – Revista da Educação Especial – Ago/2006.

LEMONS, E. R. et al. **Louis Braille sua vida e seu sistema**. 2ª edição, revisada e ampliada. Fundação Dorina Nowill para Cegos: São Paulo, 1999.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. São Paulo. Autores Associados, 2005.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. – São Paulo: Cortez, 2001.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI**: socialismo ou barbárie São Paulo: Bomtempo, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa nacional de apoio à educação de deficientes visuais**: formação de professor. Ivete de Masi (autora). Brasília: 2002. 47p.

PARMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Língua Portuguesa. Vol. 2. 2 ed. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro, 2000

SANT'ANNA, V.; DEUSDARÁ, B.(Orgs). **Trajetórias em enunciação e discurso**: conceitos e práticas. São Carlos: Claraluz, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8.ed. revista e ampliada – Campinas, SP: Autores Associados, 2003. – (Coleção educação contemporânea)

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**; tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica José Cipolla Neto. – 3ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005. – (Psicologia e pedagogia)

1- A perda da função visual pode se dar em nível severo, moderado ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados. Cegueira é a perda total da visão, até a ausência de projeção de luz (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p.16).

2- Sistema Braille é um sistema de leitura tátil e escrita para pessoas cegas, que consta da combinação de seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas de três pontos. (LEMO et AL 1999, p.22)

3- Também chamadas ajudas técnicas, como: [...] qualquer produto, instrumento, estratégia, serviço e prática utilizado por pessoas com deficiência e pessoas idosas, especialmente produzido ou geralmente disponível para prevenir, compensar, aliviar ou neutralizar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem e melhorar a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos. (ISO 9999). (GALVÃO & DAMASCENO, 2006).

4- A deficiência da visão é uma limitação sensorial que pode atingir uma gravidade capaz de praticamente anular a capacidade de ver, abrangendo vários graus de acuidade visual, permitindo diversas classificações de redução da visão. Portanto, ao se adotar determinada classificação, deve-se considerar as finalidades propostas para sua utilização. Em face de sua abrangência e complexidade há muitas definições e classificações da deficiência visual, discutidas em vários países. Para melhor esclarecimento, foram destacados dois enfoques: conotação clínica (Organização Mundial da Saúde) e com propósitos educacionais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002, p. 23).

5- Local com equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos à natureza das necessidades especiais do educando, onde se oferece a complementação do atendimento educacional realizado em classes do ensino comum, por professor especializado (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEESP, 1995, p. 27).